

## **Caminhos para Visibilidade de Crianças com Deficiência no Jornalismo: um Estudo sobre a Reportagem Claro Enigma, da Revista Veja<sup>1</sup>**

Giselle FREIRE<sup>2</sup>  
Faculdade Cásper Líbero, SP

### **RESUMO**

Este artigo estuda os modos de escutar, dialogar e tornar visíveis crianças com deficiência nas narrativas jornalísticas. Iniciamos com o estudo das questões da deficiência e pelo importante avanço do conceito de deficiência do modelo médico para o modelo social. Propõe-se, então, o resgate do humano no universo do Jornalismo e, tendo na mira o tema da cidadania, pretende-se oferecer estímulos para a transformação de nossos ambientes e da sociedade com o auxílio da produção jornalística. Analisamos a reportagem de Natalia Cuminale, “Claro Enigma”, veiculada na Revista Veja, tratando-se de encontrar nesta narrativa jornalística interpretativa e compreensiva, baseada no encontro criador de vínculos com o Outro, um caminho para influenciar a sociedade em busca de uma realidade mais justa e igualitária, com o princípio do respeito a qualquer tipo de diferença.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo interpretativo; crianças com deficiência; compreensão; inclusão; comunicação.

### **Um Olhar sobre a Questão das Deficiências**

Desde a Antiguidade Clássica, as crianças com deficiência eram identificadas como indesejadas, as que não deveriam existir. Uma vergonha. Na Grécia antiga e depois em Roma, era comum elas serem mortas por causa de suas deficiências. Segundo Marcílio (1998), eram deixadas na rua ou em lugares escondidos para não serem mais encontradas. E mesmo quando, no ano de 318, o infanticídio em geral tornou-se crime e passou a ser punido com a morte; mas com os defeituosos, o tratamento continuou o mesmo: “sendo naturalizada a prática das famílias atirarem ao mar ou queimarem, matando os bebês

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, na linha de pesquisa “Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento”. Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO-UFRJ. E-mail: [freire.giselle@gmail.com](mailto:freire.giselle@gmail.com)

---

com defeito, que trariam o mau agouro não só para aquela família, mas para toda a comunidade” (PESSOA, 2018, p. 53).

Pessoas com deficiências passaram ainda por várias outras formas de violência ao longo dos tempos. Situações de esterilização em massa, o extermínio durante o Nazismo, o isolamento em asilos e por toda forma de afastar a “anormalidade” da normalidade dominante. E é triste a constatação de que esse tipo de olhar não pertence ao passado. A sociedade contemporânea continua imersa em uma visão preconceituosa, que cria barreiras e dificulta cada vez mais a vida das pessoas com deficiência, sejam elas crianças, jovens e adultos.

Até muito pouco tempo atrás, pensar em deficiência significava pensar apenas em seus tipos – deficiências físicas, sensoriais (auditivas e visuais) e mentais – e na imagem que as pessoas com deficiências imprimiam na sociedade em expressões como: “inválidos”, “aleijados”, “excepcionais”, além de outras que também reforçavam a ideia de incapacidade de uma pessoa com algum tipo de deficiência. Esse olhar é parte do que convencionou-se chamar de modelo médico da deficiência.

Os estudos sobre deficiência, surgidos nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos 70, significaram uma revolução no conceito de deficiência assumindo “uma positividade discursiva, ou seja, a deficiência não seria apenas a expressão de uma restrição de funcionalidade ou habilidade” (DINIZ, 2007, p. 9).

Em 1976, no Reino Unido, foi criada a Upias<sup>3</sup> (Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), primeira organização política sobre deficiência no mundo a ser formada e gerenciada por deficientes. A entidade foi criada por Paul Hunt, um sociólogo deficiente físico que escreveu alguns artigos procurando “compreender o fenômeno sociológico da deficiência” (DINIZ, 2007, p. 13). E para se ter uma ideia da importância dos meios de comunicação para a compreensão e desestigmatização da deficiência, tema da presente dissertação, foi por meio de uma carta escrita ao jornal inglês *The Guardian*, que nasceu o embrião desse grupo que deu origem ao que até hoje é chamado de *Disability Studies*<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION.

<sup>4</sup> Disability Studies se refere ao estudo da deficiência como um fenômeno social, cultural e político. Em contraste com as perspectivas clínicas, médicas ou terapêuticas sobre deficiência, os Disability Studies enfocam como a deficiência é definida e representada na sociedade. Ele rejeita a percepção da deficiência como uma deficiência funcional que limita as atividades de uma pessoa. Nessa perspectiva, a deficiência não é uma característica que existe na pessoa ou um problema da pessoa que deve ser “fixa” ou “curada”. Em vez disso, a deficiência é um constructo que encontra seu significado dentro de um contexto social e cultural. Cerca de 35 faculdades e universidades abordam essa questão por meio de cursos de graduação e pós-graduação, nos EUA, Canadá e UK.

---

O objetivo era constituir uma rede política que questionasse a compreensão do modelo médico, tradicional de deficiência, que diz que a "deficiência é a consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos" (DINIZ, 2007, p. 15). A proposta da Upias era que a "deficiência não deveria ser entendida como um problema individual, 'uma tragédia pessoal', [...] mas sim uma questão eminentemente social" (DINIZ, 2007, p. 15). Incluindo a sociedade na questão, a Upias defendia a retirada do indivíduo o peso da discriminação, exclusão e opressão social e transferia-a "para a incapacidade social em prever e incorporar a diversidade" (DINIZ, 2007, p. 15).

Para compreender quem seria o deficiente para o modelo social da deficiência, a Upias estabeleceu conceitos marcantes para definitivamente propor a diferença entre lesão e deficiência. A lesão seria uma marca corporal, enquanto a deficiência "seria o resultado da interação de um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória" (DINIZ, 2007, p. 18) que oprime as pessoas com deficiência não pelas sequelas de uma poliomielite na infância, mas nas barreiras sociais que dificultam a locomoção do cadeirante. "A ideia era simplesmente ir além da medicalização da lesão e atingir políticas públicas para a deficiência" (DINIZ, 2007, p. 18). O modelo social da deficiência vai além da ideia de que é necessária uma reparação do corpo com lesões, o corpo deficiente. A questão aqui não é mais somente reabilitar o corpo, mas criar uma estrutura social que responda à diversidade e às variações corporais e mentais humanas.

Em 1982, a DPI (Entidade Internacional de Deficientes), ampliou a definição de lesão, agregando não apenas as físicas, como inicialmente proposta pela Upias, mas também as sensoriais e mentais. A deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos, discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade.

Em 2001, após uma década de discussões, a ONU lança a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde) cujo conceito de deficiência e lesões foram ainda mais ampliados. O modelo social contribuiu muito para a CIF, partindo da questão dos direitos humanos e denunciando a opressão vivida pelas pessoas com impedimentos, e seu modelo biopsicossocial avançou na discussão unindo os modelos médico e social. Entretanto, somente em 2007, com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) finalmente foram estabelecidos conceitos (e uma abertura para sua efetiva aplicação) para a compreensão

---

de que a deficiência é muito mais do que apenas pessoas “deficientes” sob uma perspectiva médica, e sim uma prioridade quando falamos de direitos humanos e desenvolvimento.

Esse foi um avanço imenso, o início de um novo olhar. A deficiência é apenas mais uma dentre tantas outras características possíveis de um ser humano, é a interação entre o corpo com lesões e as barreiras sociais que se restringem a participação plena e efetiva das pessoas. Consideramos aqui, principalmente, que o ambiente tem um enorme impacto sobre a experiência e a extensão das deficiências, pois ambientes inacessíveis criam deficiências ao erguerem barreiras, opressões e desigualdades que limitam a participação e a inclusão das pessoas com deficiência. Podemos então, levantar questões de discriminação, que incluem não apenas suas formas tradicionais, mas também a recusa de uma sociedade inteira no que diz respeito ao reconhecimento e a adaptação razoável das barreiras ambientais, e como uma causa a ser evitada das desigualdades de experiências pelas pessoas com deficiência.

No Brasil, esta Convenção (CDPD) foi ratificada em 2008 pelo Governo Federal e ganhou status de emenda constitucional, fazendo parte agora da Constituição Brasileira, condição que exige o estabelecimento de novas bases para a formulação de políticas públicas referentes à população com deficiência, com a possibilidade de resultados diretos para a garantia do bem-estar e a promoção da dignidade das pessoas com deficiência no Brasil. No entanto, até hoje não se tem notícia de mudanças significativas nas legislações municipais e estaduais que reflitam os objetivos da Emenda da Constituição.

Sendo assim, a mais clara definição de deficiência foi transcrita nos verbetes do Manual de Redação – Mídia Inclusiva, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: “a deficiência é uma situação resultante da interação entre um ser humano que tem uma determinada limitação e o ambiente em que vive ou está naquele instante (RELATÓRIO, 2012, p. 6)”. Ou seja, enquanto cidadãos, temos a obrigação de ajudar a criar ambientes que proporcionem cada vez mais a diminuição das limitações de pessoas com deficiências em nossa sociedade. E mais importante, conforme veremos ao longo do artigo, é que os meios de comunicação são essenciais para a divulgação desse novo olhar, desse novo modo de “estar no mundo” para as pessoas com deficiência. Jornalistas têm a responsabilidade e podem influenciar positivamente a sociedade para longe dos antigos estigmas.

---

Possibilitar uma vida digna não mais se restringe a garantia de bons hospitais e médicos, mas, principalmente, a exigência de um ambiente acessível social e fisicamente. Reforçamos aqui a importância da identificação das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos humanos, não reduzindo-as a objetos passíveis de melhorias e/ou assistencialismos.

No ano de 2013, o informe anual “Situação Mundial da Infância”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) teve como tema a situação das crianças com deficiência. Neste informe, o UNICEF utilizou uma estimativa global que indica 93 milhões o número de crianças com deficiências menores de 14 anos de idade, ou seja, uma em cada 20 crianças enfrentam deficiências graves ou moderadas, sendo 13 milhões de crianças enfrentando dificuldades graves (FUNDO, 2013).

O informe abordou questões referentes à sua inclusão, questões estruturais como dos sistemas urbanos inacessíveis e a invisibilidade de temas sobre a deficiência nas políticas públicas. Mas, principalmente, enfocam as atitudes de desprezo e discriminação que privam as crianças com deficiência de seus direitos e impedem sua plena participação na sociedade (FUNDO, 2013). Segundo o informe, ao proporcionarmos às crianças com deficiência a oportunidade de prosperar, elas se desenvolvem e se capacitam para levar uma vida plena, contribuindo social, cultural e economicamente para as sociedades.

O Artigo 7 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi incorporada à legislação brasileira em 2008, prevê três leis que garantem às crianças com deficiência todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com todas as crianças e, principalmente deverão receber atendimento adequado à sua deficiência e idade para que possa exercer o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos.

Avançamos neste artigo, tendo como objetivo apontar caminhos que ajudem para combater os estigmas e a discriminação de crianças com deficiência por meio das narrativas jornalísticas.

## **O Território da Reportagem**

As abordagens teóricas sobre a questão dos gêneros jornalísticos são importantes para a prática profissional, sendo, portanto, como nos indica Ana Carolina Temer (2016, p. 1) “previsível sua classificação com base na ocorrência empírica resultante da prática

discursiva profissional (a notícia, a reportagem, o editorial etc.)”. Cremilda Medina em seu livro “Notícia: um produto à venda”, apresenta classificações da mensagem jornalística feita por vários autores do meio, que analisam em duas formas: “a classificação pragmática que se detém na superfície impressa do jornal e a classificação conceitual que procura raízes dessa superfície” (MEDINA, 1998, p. 69).

Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro foram os pioneiros a estudar em 1973, no livro “Arte de tecer o presente”, a reportagem em profundidade classificando-a como do gênero interpretativo. Os autores alinham o seu conceito de interpretação jornalística ao conceito de interpretação encontrado em Freud e Nietzsche. Sendo assim, essa prática jornalística não se limita a “um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas busca um aprofundamento”. Baseado nestes conceitos, os autores conceituam o jornalismo interpretativo como “realmente o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele” (LEANDRO; MEDINA, 1973, p. 16).

Em 2003, em “A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano”, Cremilda Medina define as quatro linhas epistemológicas da reportagem: “o aprofundamento do contexto (ou das forças que atuam sobre o factual imediato), a humanização do fato jornalístico (tratamento de perfis, histórias de vida ou protagonismo), as raízes históricas do acontecimento atual e os diagnósticos e prognósticos de fontes especializadas” (p. 126).

Podemos, então, considerar a reportagem em profundidade como uma narrativa mais complexa, ampla e detalhada. A reportagem em profundidade tem o interesse humano como objetivo e nos conduz aos desdobramentos mais importantes do fato, suas origens, efeitos e razões. Em resumo, consideramos aqui a reportagem em profundidade, na sua eterna busca por fenômenos sociais atuais, a melhor expressão do gênero interpretativo.

O jornalismo interpretativo permite, assim, mais oportunidades para que o jornalista desempenhe o seu papel de melhor informar a sociedade, ajudando o leitor a criar significados para as informações, provendo aprofundamento e contexto. Temos, então, um jornalismo que conduz o leitor na construção de sentidos em detrimento da velha dicotomia da causa e efeito e do certo e errado. A interpretação vai muito além da explicação, nos traz a compreensão dos acontecimentos de modo plural e complexo.

A reportagem em profundidade não é simplesmente informativa, mas intimamente ligada a posição do jornalista como autor-mediador social, um produtor de sentidos, que se dedica “à arte, à prática de reportar o mundo vivo” para “tecer as mediações simbólicas

---

da realidade contemporânea” (MEDINA, 2006, p. 87). É solicitada do jornalista uma observação atenta e sensível dos fatos e protagonistas envolvidos, no diálogo com as fontes e na costura das opiniões, vozes e visões na redação do texto.

Diferente do que se vê nas notícias divulgadas superficialmente, sem aprofundamento dos fatos, e considerando o jornalista como um mediador, podemos encontrar as marcas da compreensão e da subjetividade do narrador nas reportagens em profundidade.

A humanização da informação jornalística a que Medina se refere seria ampliada pelo que ela chama de “permeabilidade ao outro”. Se estiverem abertos ao diálogo, o jornalista-mediador poderá ajudar na “desconstrução dos pré-conceitos, dos dogmas e dos paradigmas estratificados” (MEDINA, 2011, p. 5). Ela também nos ensina que a reportagem é um diálogo social e o jornalista deve estar atento a seu aparato sensível no contato com o outro e com o mundo, pois “na captação plena, os sentidos se mobilizam para enviar informações preciosas a linguagem dialógica” (MEDINA, 2011, p. 5).

Podemos então concluir que independente do modelo ou gênero, a visão do jornalista comprometido com seu *ethos* e com propostas dialógicas, compreensivas e solidárias é o verdadeiro mediador social.

Neste contexto, destacamos o papel do jornalista enquanto “mediador-produtor de sentidos da atualidade” (OSÓRIO VARGAS, 2017, p. xx, tradução nossa<sup>5</sup>). É do jornalista a responsabilidade de fazer uma leitura do mundo, de interpretar e fazer uma mediação dialógica por meio de suas narrativas.

### **Os caminhos da compreensão na interpretação**

Embasamos, então, a ideia de que o resgate da compreensão e do ser humano pode ser feito por meio da reportagem em profundidade, que aqui chamaremos mais amplamente de Jornalismo Interpretativo, pois a reportagem é “uma arte de interpretação e compreensão, já não dos textos sagrados, mas da própria vida. Para interpretar, primeiro temos que compreender e para isso precisamos nos imergir no *Humano Ser*” (OSÓRIO VARGAS, 2017, p. 3, tradução nossa<sup>6</sup>).

---

<sup>5</sup> No original: “Mediador-produtor de sentidos de actualidad”.

<sup>6</sup> No original: “Es un arte de interpretación y la comprensión, ya no de los textos sagrados, sino de la vida misma. Para interpretar, primero tenemos que comprender y para eso necesitamos sumergirnos en el *Humano Ser*”.



---

Segundo Vargas foi na década de 1960 (2017, p. 16, tradução nossa<sup>7</sup>), “que a reportagem alcançou grande ressonância ao passar da simples notícia para a ampliação por meio da humanização, para a posição do evento imediato em seu contexto e a reconstituição histórica. [...] Estas foram as bases teóricas do chamado ‘jornalismo interpretativo’”.

Buscar o humano nos ajuda a compreender os fatos, nos faz predispostos a abraçar a alteridade. Segundo Lévinas (2010, p. 23) “compreender o instrumento não consiste em vê-lo, mas em saber manejá-lo; compreender nossa situação no real não é defini-la, mas encontrar-se numa disposição afetiva, compreender o ser é existir”. A disposição do jornalista é de “ir ao encontro das vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas sim com os afetos e simpatias da compreensão” (MEDINA, 2004, p. 57), e isso transforma nossa visão já que o “imaginário dos afetos transcende as lógicas consistentes, enlaça os desprotegidos e dá voz aos sufocados” (MEDINA, 2004, p. 58).

Sendo assim, uma das funções sociais do jornalismo é nos ajudar na “difícil tarefa de se orientar em meio aos muitos fatos do presente, com seus distintos significados, ângulos possíveis de observação e entendimento, múltiplos personagens envolvidos, fontes de informação também diversas etc.” (KÜNSCH; VICTOR, 2015, p. 57).

O Jornalismo Interpretativo se vale da análise do fato segundo um mapa completo de contextos relacionados, numa constante busca da forma de “narração mais elaborada que os relatos-fórmula da notícia, torna-se indispensável para estruturar uma reportagem interpretativa” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 25). A criatividade e a inovação são indispensáveis para que a interpretação seja feita de maneira completa pelos leitores: “Do relato direto da notícia tradicional, numa estrutura hierárquica das informações quase sempre padrão, parte-se para técnicas narrativas mais criadoras. Foge-se aí das fórmulas para criar formas particulares, inovadoras, artística” (1973, p. 25).

Medina (1973) nos ensina, então, que é na busca do humano no fato jornalístico, das histórias de vida do momento presente onde se encontra a verdadeira dialogia capaz de descobrir e aflorar os que não têm voz, reconstruindo a esperança daqueles que se tornaram invisíveis aos olhos da mídia.

---

<sup>7</sup> No original: “el reportaje alcanzó gran resonancia al pasar de la simple noticia diaria a la ampliación por medio de la humanización, al posicionamiento del hecho inmediato en su contexto y la reconstitución histórica. En esa época se experimentaron, de una forma más amplia, diversas maneras de hacer reportaje, y se comenzaron a buscar las bases teóricas del llamado ‘periodismo interpretativo’”.



---

O jornalismo interpretativo pode ser capaz de orientar o leitor sobre a realidade contemporânea na busca de fatos detalhados e contextualizados, trazendo à tona uma pluralidade de discursos que fortalecem o debate social. Pode-se dizer, então, que o jornalismo interpretativo possui ferramentas para pensar as crianças com deficiências de forma inclusiva e dialógica, promovendo o reconhecimento das identidades, subjetividades e experiências; valorizando o assunto deficiência de uma forma geral, e operando como agente facilitador da troca de informações, colocando em pauta questões anteriormente silenciadas por conta de nossa herança discriminatória.

Independente do nome que se dê: reportagem em profundidade, reportagem interpretativa, grande reportagem, a importância aqui é tecer sentidos, contextualizar os acontecimentos, ampliá-los no tempo e no espaço, e, principalmente, humanizá-los. Este é o exemplo de jornalismo que buscamos nesta pesquisa.

### **Reportagem de Valor: “Claro Enigma”**

Em 27 de julho de 2017, a Revista *Veja* estampou em sua capa uma reportagem de 13 páginas do que ela chamou “O novo mundo do autismo”, e utilizando a foto de Frederico Uelze, de 9 anos, que é um dos personagens da reportagem. Quando o jornalismo representa, dá voz e rosto a crianças com deficiência, sem estereótipos, vemos o que de mais humano pode se encontrar nas narrativas midiáticas.

A jornalista Natalia Cuminale, jornalista especializada em comunicação de Saúde, e vencedora de seis prêmios, entre eles o Prêmio Abril de Jornalismo 2013 e o Prêmio SBN de Jornalismo 2018, inicia sua reportagem com a história do primeiro relato de caso de autismo na literatura médica, em 1938. Ela transcreve e transcreve a narrativa da carta de 33 páginas que Beamon e Mary Triplett, os pais de Donald de 4 anos, enviaram a Leo Kanner, um respeitado psiquiatra infantil do Hospital Johns Hopkins, nos EUA. Por meio de trechos da carta com a voz de seus pais, Natalia vai desenhando a personalidade do menino até o diagnóstico de “distúrbio autista de contato afetivo”: “Ele nunca demonstra alegria quando vê o pai ou a mãe. Parece fechado em sua concha e vive dentro de si” (CUMINALE, 2017, p. 85).

A história de vida de Donald, que hoje está com 84 anos é o pano de fundo para a narrativa dos avanços médicos durante todos os anos que se seguiram ao diagnóstico, chegando ao mais recente, publicado na *Nature*: a descoberta de um traço genético para

o fato de autistas raramente fixarem o olhar na boca e nos olhos das pessoas. Além desta descoberta Natalia narra várias outras, e as entremeia com um histórico amplo, raízes dos acontecimentos, do tratamento dado aos autista desde o século XV, e é assim que a jornalista se revela mediadora autoral em uma reportagem polifônica e polissêmica que nasce de uma postura de atenção ao outro, de um olhar amplo à alteridade e os sentidos que identificamos em suas vozes, para chegarmos à “interpretação ensaiada no esforço de compreensão do acontecimento do presente” (MEDINA, 2017, p. 10).

Quando a jornalista tenta compreender, “mas, afinal, o que é o autismo?” (CUMINALE, 2017, p. 87), ela o faz utilizando sua percepção sutil para compreender o humano. Apesar de haver um conceito central, ela nos transporta para a visão humana e para a compreensão do imaginário dos sujeitos envolvidos, “cada autista é único”, afirma Cuminale (2017, p. 87). E é a partir desta informação, e não se deixando enredar por conclusões simplistas para o que é o autismo, a jornalista não tenta explicar, mas explora as intercausalidades e multicausalidades, tecendo a realidade de alguns deles:

Alguns autistas têm dificuldade de combinar palavras em sentenças que façam lógica. Muitos apresentam dificuldade de alfabetização. Uns não interagem e se fecham em si mesmos. Outros se comunicam apenas com pessoas próximas. O interesse sempre fixo por algum assunto muito específico veria de intensidade. Há os que vivem alinhando os brinquedos de modo repetitivo, os que assistem ao mesmo filme dezenas e dezenas de vezes ou só pisam em azulejo de uma cor específica como se tivessem uma compulsão obsessiva. Mas alguns podem sim ter uma vida produtiva. Estima-se que 16% deles ocupem cargos em empregos remunerados, em tempo integral – isso em países ricos, como o Reino Unido. [...] (CUMINALE, 2017, p. 87).

Natalia Cuminale, por meio de uma narrativa de interrogações, nos leva ao ato mais puro no caminho para a compreensão, que é feita de “menos portanto e mais talvez. Mais vírgulas, reticências, interrogações – muitas interrogações do que a ideia de uma certeza e de uma verdade não dialógicas”, como nos aponta Künsch et al (2017, p. 11). “É, essencialmente um transtorno ainda misterioso, de origem incerta, porém cada vez mais tratado com o carinho que exige – e talvez seja essa a grande novidade” (CUMINALE, 2017, p. 89). E é assim que a jornalista parece não querer trazer uma definição última, mas várias perspectivas no complexo mundo do Espectro Autista, tecendo toda a complexidade que o tema carrega. “Apesar dos avanços, a causa do autismo ainda é uma incógnita. Há apenas indícios”. A jornalista nos conta que estes indícios podem ser desde a idade avançada dos pais no ato da concepção até à exposição

---

das mães à poluição do ar, mas ela afirma que os cientistas não fazem ideia do peso de cada uma destas hipóteses.

Até mesmo no título de sua reportagem, Natalia nos traz ao mundo da compreensão e da necessidade das incertezas. A própria jornalista explica por que escolheu “Claro Enigma”:

Tomando-se emprestado o título de uma das coletâneas do poeta Carlos Drummond de Andrade, talvez se possa dizer que o autismo hoje é um “Claro Enigma” – é evidente mais ainda incompreensível. É preciso navegar pelo autismo dia após dia, buscando compreender sutilezas e surpreendendo-se, às vezes, com revelações aparentemente abruptas, como o filho que de repente entende uma ironia, um gracejo, um jogo de palavras, antes ferreamente enigmáticos para ele.

E mais, em sua mediação sensível, a jornalista percebe-se imersa no signo da relação, buscando o humano e a “dimensão identitária de estar afeto ao outro, embora existam conflitos e diferenças que são inerentes à convivência” (MEDINA, 2008, p. 76), finalizando a reportagem também com uma interrogação.

Ou quando ele demonstra um entendimento particularmente agudo, e original, de uma situação cotidiana. Contou a Veja a advogada Heloísa Uelze Bloisi, mãe de um garoto autista: “Cheguei tarde do trabalho e fui dar um beijo no Fred, que me disse estar com saudade. Eu então perguntei: ‘Você sabe o que é saudade?’. E ele respondeu: ‘Sei, sim, mamãe. É o amor longe’”. Estamos ou não estamos todos no mesmo mundo? (CUMINALE, 2017, p. 91).

Outra questão muito importante para a compreensão da evolução da visão que o mundo do espectro autista tem em nossa sociedade, é a apresentação que a jornalista faz do histórico completo de preconceitos e estereótipos criados. No século XV os autistas eram considerados idiotas sagrados, no início do século XX, eles passaram a vida fechados em hospitais, esterilizados ou até mesmo mortos. Passando pela tese, de meados de 1940 que depois retornou com força em 1970, de que as próprias mães eram responsáveis pelo autismo de seus filhos, as chamadas “mães-geladeira”, até a questão da teoria falsa de que vacinas tríplice seriam responsáveis pela alta incidência do autismo, por conta de um artigo falso publicado na *The Lancet*<sup>8</sup> em 1998.

---

<sup>8</sup> The Lancet began as an independent, international weekly general medical journal founded in 1823 by Thomas Wakley. Since its first issue (October 5, 1823), the journal has strived to make science widely available so that medicine can serve, and transform society, and positively impact the lives of people. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/about-us>>. Acesso em 12 dez. 2018.

---

O autismo começou a ser conhecido por meio das representações de autistas em filmes como *Rain Man* (1988), *Temple Gradin* (2010) e ainda em 2017, o programa *Vila Sésamo* apresentou a Julia, primeira personagem autista em um programa de TV de sucesso para crianças.

Natalia Cuminale dialoga com suas fontes e suas falas são amparadas na experiência de vida de cada uma. “Uma criança autista mexe completamente com o núcleo que a cerca. Diz o psiquiatra Guilherme Polanczyk, professor de psiquiatria da infância e adolescência da Universidade de São Paulo. ‘É um dos diagnósticos mais difíceis de comunicar às famílias’” (CUMINALE, 2017, p. 91).

A jornalista permeia sua reportagem com quatro depoimentos de mães e pais de crianças diagnosticadas no espectro autista, o que Medina (2017, p.3) sublinha como imprescindível numa reportagem que se pretende humana e dialógica, “o protagonismo humano e histórias de vida, contexto coletivo, raízes histórico-culturais e diagnósticos/prognósticos dos especialistas compõem a arte de tecer o presente ou a reportagem assinada por um vocalizador-articulador da voz coletiva”. Natália dialoga com mães e pais de maneira aberta, deixando falar a aventura humana com a dramatização das histórias de vida. A jornalista transcreve as entrevistas em uma narrativa sensível. Um dos entrevistados é Nemer Gianvechio, pai de Victor, 14 anos:

Quando pequeno, Victor falava pouco e tinha muitas crises nervosas. Ele não aceitava meu colo de jeito nenhum. Chorava demais, era uma coisa fora do normal. Achávamos, eu e a mãe, a Adriana, que ele melhoraria com o passar do tempo, mas foi pirando. Depois do diagnóstico, tudo fez mais sentido. Construí uma relação bonita e paciente com ele (CUMINALE, 2017, p. 90).

Outro exemplo é o da própria capa da reportagem, a história do Frederico Uelze, de 9 anos, contado nas palavras de sua mãe e transcrito pela jornalista:

O início foi muito difícil. Suspeitei que houvesse algo errado quando ele era ainda muito pequeno, com 1 ano e 6 meses. O Fred não falava. A pediatra, a fonoaudióloga e os professores na escola afirmava que estava tudo bem. [...] O Fred foi diagnosticado com 2 anos e 3 meses por um neuropediatra. [...] até pouco tempo atrás, eu não conseguia dizer a frase ‘meu filho é autista’ sem cair em prantos. Hoje, vibro e, com orgulho, lembro de tudo o que ele conseguiu sendo autista (CUMINALE, 2017, p. 85).

O que se percebe ao longo do texto é que para a jornalista não há uma hierarquia nas fontes ouvidas. Todos eles, fontes institucionais, ouvidas por sua experiência de vida

---

com e sobre o autismo, e personagens retratados com autismo ou seus pais e mães são importantes para a compreensão do que hoje chamamos de Transtorno do Espectro Autista, dada sua variedade de características, das mais graves, de crianças que não chegam a falar, às mais brandas e a identificação, ainda, de verdadeiros gênios, extremamente focados em um único assunto.

Por fim, a reportagem traz um resumo do questionário, chamado *Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)*, criado para identificação precoce do autismo em crianças de 18 a 24 meses. As pesquisadoras Mirella Fuiza e Milena Pereira desenvolveram uma tradução para o português em artigo publicado na Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, em 2008, com o título “Tradução para o português da escala M-CHAT para rastreamento precoce de autismo”<sup>9</sup>. O questionário completo possui 23 questões. Na reportagem foram expostas 10 questões com um link para responder o questionário completo se o leitor assinalasse mais de uma vez o SIM nas 10 questões da revista.

Embora o questionário da revista tenha uma tradução um pouco diferente e ao contrário do questionário original onde as perguntas são todas positivas, o publicado na reportagem sejam questões negativas, as pesquisadoras acima citadas defendem em seu artigo que o M-CHAT é um questionário “autoaplicável e simples, e apresenta alta sensibilidade e especificidade”. Sendo assim, é importante que ele seja divulgado como um serviço a população, para que inclusive pessoas que não tenham acesso a psicólogos e neurologistas, devido ao precário sistema de saúde brasileiro possa identificar possíveis alterações de comportamento em seus filhos e crianças próximas.

A escuta cuidadosa e a relação dialógica com as histórias de vida narradas é o grande mérito de Natalia Cuminale nesta reportagem. Ela tem uma postura autoral, e tenta compreender a complexa questão do autismo de forma polifônica e polissêmica, e está constantemente *afeta aos* sujeitos narrados.

### **Caminhos a serem percorridos**

Estamos enfrentando, em sociedade, o desafio da valorização das diversidades e da igualdade, resultado das demandas de um mundo globalizado e intercultural, onde os

---

<sup>9</sup> Acesso em 24 dez. 2018. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-81082008000400011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082008000400011)>

---

meios de comunicação têm um lugar de destaque nos grandes eixos decisórios ao longo da história. Nesta sociedade globalizada, participamos da vida social de acordo com o volume e com a qualidade das informações que possuímos, e principalmente pela possibilidade de intervir como produtores de conhecimento. A ideia que permeia esta pesquisa é a de que a reportagem jornalística mais do que informa, cria percepções e nos leva a formar crenças e atitudes.

A deficiência ainda se encontra conectada por critérios de normalização, que estereotipam comportamentos e pessoas, o que se comprova por nossa pouca tolerância às diferenças. Para repensarmos o tema precisamos de um exercício constante e paciente de enxergar o Outro e uma valorização profunda dos diálogos para que seja possível abandonar o preconceito pelas diferenças em nossa sociedade, onde vivemos uma falsa atitude de respeito às diferenças individuais baseada em nosso comportamento paternalista.

Buscamos no jornalismo o mesmo que Fernando Pessoa criou para compartilhar seus heterônimos, o verbo “outrar-se” (PESSOA, 2006, p. 86) e seu substantivo “outragem”. O Eu de Fernando Pessoa fala sempre de um Ele, fala da perspectiva da alteridade, fala como o Outro, a partir de um espelho de significados. O outrar-se é uma dinâmica dialógica, uma ligação entre o abismo que vai do Eu ao Outro, um lugar de convergência subjetiva, buscando o respeito ao ser humano.

Acreditamos em um jornalismo que compreenda o Outro por meio da escuta de vozes plurais, de um encontro com a experiência da alteridade. Um jornalismo que busca novos enquadramentos, aberto a mais olhares e visões de mundo. Um jornalismo que compreenda e interprete o Outro, crianças com deficiência, com afeto, empatia e solidariedade e que, por consequência, seja agregador de laços sociais, dando visibilidade e unindo a sociedade. Para que todos possamos entender que a deficiência não é apenas uma questão médica, como foi levantado no primeiro capítulo, mas uma questão da sociedade como um todo, que precisa quebrar as barreiras físicas e sociais para integrar as pessoas com deficiência por meio da participação e da igualdade; e que possamos mudar a realidade dessas crianças para que não sejam mais vistas como deficientes, e sim como crianças. Não podemos mais deixar que deficiência seja sinônimo de impedimento.

A alteridade e nossa capacidade de invocar e construir a relação com o Outro é fundamental no jornalismo, e ele não pode se furtar a isso. É imperativo que possamos, por meio do jornalismo, compreender a perspectiva do Outro, construindo uma relação

com respeito e solidariedade. A partir dessa relação poderemos identificar sujeitos de direito para longe das diferenças e das desigualdades.

Sigamos, assim, no caminho inclusivo. Sigamos no caminho do Outrar-se.

## REFERÊNCIAS

- CUMINALE, N. Claro Enigma. In: **Veja**, São Paulo, n.2540, p. 53-63, 26.jul. 2016.
- DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FUNDO das Nações Unidas para Infância. **Crianças com deficiência**. New York: UNICEF, 2013.
- KÜNSCH, D. A.; VICTOR, C. A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo. **Líbero**, São Paulo, vol. 18, nº 36, p. 15-25, jul./dez. de 2015.
- MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Entrevista: o diálogo possível**. Editora Ática: São Paulo. 2004. 4º edição.
- \_\_\_\_\_. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Criador da assinatura coletiva ou artífice do diálogo social**. São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo e compromisso social: a arte do diálogo e das vozes plurais em Cremilda Me. Âncora**, João Pessoa, ano 4, vol. 4, n.2, p. 193-205, jul./dez. 2017.
- MEDINA, C.; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente** (Jornalismo Interpretativo). São Paulo: Média, 1973.
- OSORIO VARGAS, R. H. **El reportaje como metodología del periodismo**. Uma polifonia de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.
- PESSOA, F. (Org. Richard Zenith) **Livro do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PESSOA, S. C. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte (MG): PPGCOM, 2018.
- RELATÓRIO **Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, 2012.
- TEMER, A.C. Gêneros jornalísticos e a Análise de Conteúdo: um aporte brasileiro. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 40, 2017, Curitiba. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2017.